
O PRESENTE ETERNO DA POESIA

The Eternal Present of Poetry

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho¹

RESUMO: A publicação do *Catálogo da poesia seiscentista da Biblioteca Nacional: com estudo retórico-poético das letras luso-brasileiras no século XVII* enseja a reflexão proposta neste artigo sobre a atualidade da pesquisa em torno às letras escritas no século XVII. Questiona-se a lugar que essa produção poética tem ocupado nos estudos literários contemporâneos e as razões pelas quais livros como esse catálogo são oportunos e necessários como fonte primária de conhecimento da poesia seiscentista, em especial a poesia encomiástica, mais numerosa no acervo catalogado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O artigo trata de uma especificidade da poesia epidítica: o tempo presente da matéria do elogio; e toca nas questões do mecenato, relação poder e poesia e “arte efêmera”, igualmente presentes no acervo poético elencado pelo *Catálogo*.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia; Poesia Seiscentista; Poesia Epidítica.

ABSTRACT: The publication of *Catálogo da poesia seiscentista da Biblioteca Nacional: com estudo retórico-poético das letras luso-brasileiras no século XVII* [Catalog of the 17th-century Poetry of the National Library with a Rhetorical-Poetic Study of Portuguese-Brazilian Letters in the 17th century] aims to reflect on the currentness of the research concerning the literary works written in the 17th century, as proposed in this article. A question is raised as regards which place has been ascribed to such poetic work in contemporary literary studies, and the reasons why books such as this catalog are timely and necessary as primary sources to knowing the 17th-century poetry — especially encomiastic poetry — which takes up most of the collection registered at the National Library of Rio de Janeiro. The article deals with a specific trait of epideictic poetry: the present time of the matter of praise, as well as the issues of patronage and ephemeral art, and power and poetry relationship, also a part of the poetic collection listed by the *Catalog*.

KEYWORDS: Poetry; Sixty Century Poetry; Epidetic Poetry.

A razão da poesia constitui uma questão eminente que poetas e filósofos se propõem desde sempre, sem necessidade de incitamento de nenhuma circunstância temporal ou histórica que lhe sirva de estopim. Os

¹ Professora associada do curso de Letras da Unifesp na área de Literatura portuguesa. Sua pesquisa acadêmica incide sobre estudos de poesia, poética e retórica no Antigo Estado na Europa católica. Estuda letras luso-brasileiras, literatura portuguesa, história do livro. Publicou o livro “Poesia de Agudeza em Portugal” em 2007, Edusp.

estudos literários têm também sua razão de ser escrutinada, mas estes estudos sim, são sujeitos às circunstâncias do tempo, tanto mais do nosso tempo, adverso à leitura verbosa e à reflexão alongada, tempo demandado, sem dúvida, para o ato da leitura de textos literários. Assim, o papel dos estudos de literatura pode receber alguma sombra duvidosa, tanto mais rarefeita quanto se tratar de estudos dedicados a determinadas letras que não têm despertado maior interesse ou efetiva leitura dos leitores do nosso apressado tempo.

Com isso, alguma dúvida pode ensombrar a pertinência de uma publicação como uma lista de cotas bibliotecárias do acervo de poesia de Portugal e do Brasil depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, caso do *Catálogo da poesia seiscentista da Biblioteca Nacional: com estudo retórico-poético das letras luso-brasileiras no século XVII* (CARVALHO, 2019). Tal catálogo mapeia o acervo que abriga um conjunto de poemas publicados no século XVII por poetas luso-brasileiros, impressos que vieram a partir do espólio da *Real Bibliotheca lusitana*, que aportou no país por ocasião do fato histórico da chegada da família real portuguesa em 1808 e desde então fazem parte da atualmente denominada Biblioteca Nacional. Com efeito, os livros impressos que compõem esse acervo poético trazem muitos poemas que exiguamente foram lidos por estudiosos de literatura ou leitores comuns.

A pergunta que se faz é: faz sentido indicar a leitura de poemas portugueses publicados no século XVII, tempo tão diferente do nosso, por vezes contrário aos nossos atuais referentes históricos? Somado a isso, pergunta-se também: a quem interessaria ler versos de encômio, laudatórios, versos de amenidades, todos tão certamente distantes de nossa sensibilidade estética, nosso gosto artístico, nosso domínio literário? A qual leitor de hoje sensibilizariam meneios de pastores enamorados na ficção pastoril de élogos ou ações virtuosas da gesta lusitana relatadas em linhas metrificadas? Por último, do ponto de vista da atualidade dos estudos literários, à pergunta se soma ainda a questão de sua funcionalidade: importa estudar essas coisas?

Para obter respostas, tenha-se uma ideia breve das espécies poéticas seiscentistas depositadas na BN. Encontramos lá o gênero das élogos, por exemplo. Como se sabe, élogos são discursos ambientados num fictício espaço pastoril, em que, genericamente, pastores e pastoras falam, cantam e tocam música enquanto pastoreiam o gado bovino ou caprino. Todo o modo bucólico dos poemas pastoris é montado nesse ambiente puramente ficcional. Os caracteres dos pastores, que fazem igualmente parte do fingimento, constituem conhecida tipificação, entre outros artigos que compõem a norma desse gênero: pastores não raro expressam tristeza por não terem correspondidos amores; ou comumente regozijam-se com a felicidade da companhia dos amigos, da conquista da pessoa amada, da harmonia com os

elementos da natureza – pintada amena, domesticada e liberal. Os amores pastoris, felizes ou não, aparecem sempre honestos nesse gênero.

Para alcançar uma apresentação bastante da pastoral, muito mais se deveria dizer a respeito. Em língua portuguesa, ela se alarga em verso e prosa, muitos poetas e narradores que continuamente escreveram novelas, contos, trovas, cantigas ou éclogas atenderam à tipificação muito específica com esse “modo” de ficção. Além dos aspectos acima citados, podemos sintetizar outros caracteres do modo pastoril dizendo que nele a natureza é imutável, aparecendo como eterna, livre da ação destruidora humana e imune mesmo à sua interpretação (AUGUSTO, 2010). Tal compreensão da natureza é precisamente um enquadramento ficcional singular que conquista o leitor desse gênero. Ali a natureza é universal, por isso pode ser reproduzida nos mais diversos lugares, qualquer que seja a geografia real. “Desta natureza universal, a convenção pastoral confirmou a simplicidade como característica fundamental, qualidade que também envolveria os protagonistas, os pastores e pastoras daqueles vales (...)” (Idem, p. 116). Para mostrá-la, o poeta se vale de recursos descritivos disponíveis de antemão na convenção do gênero, obtendo com eles numerosos efeitos, como a projeção dos afetos que envolvem os pastores sobre a paisagem onde se encontram agindo, por dessemelhantes que sejam as composições humana e espacial: “(...) a descrição bucólica possibilita um dos contrastes mais significativos dentro do universo pastoral, entre a fluidez e a efemeridade dos sentimentos humanos e a imutabilidade dos

4modelos de perfeição encontrados na natureza.” (Idem, p. 115). O leitor entende e gosta de entender essa sintonia entre afetos dos agentes e efeitos da paisagem.

De todos os artigos da ficção pastoril, contudo, talvez o que mais destaque mereça seja o da harmonia da natureza com o homem, que se encontra no centro da tópica do *locus amenus*, descrição da natureza concertada e amena: “a grande característica (...) é a atitude de concertação do poeta com a vida pastoril.” (Idem, p. 120). Enfim, é extensa e percuciente a preceptiva do gênero, aqui ele figura apenas para exemplificar uma parcela importante da poesia em língua portuguesa arrolada neste *Catálogo* da BN do Brasil.

Uma amostra dessa produção pode ser vista no trecho abaixo da *Écloga VIII* de Francisco Rodrigues Lobo (circa 1574-1621), écloga convencional em todos os aspectos: no trato da matéria do amor, sua descoberta e desventuras; na descrição do caráter das mulheres e na prescrição daquilo que a opinião comum espera das ações dos homens. Das mudanças da fortuna e da ventura, nasce o desengano, lugar-comum seiscentista bastante aproveitado em histórias de pastores:

[...]
Seguia hum contentamento,
Impossível a razão,
Hoje tenho hum pensamento,
Que à esperança he tam vão,
Quam pesado ao sofrimento;
Vi Cimea, & logo nella
Tantas razões de querella,
Que inda em presença do dano,
Com os pés sobre o desengano,
Dera mil vidas por vella.

Logo a primeira raiz,
Que tanto à vida custou,
De dentro d'alma arrancou,
Com os seus olhos que eu não fiz,
Mais que olhar quem ma tirou,
Ordenou o Amor assi,
Gonçalo que quando a vi,
Tudo o al se me esqueceo,
Tomou ella o que era seu,
Fiquei sem nada de mi.
[...]

Assim cantava o pastor no início do século XVII. No nosso tempo diverso e adverso, porém, nossa sensibilidade é tocada por outros significados. Os pastores que figuram nos textos literários já não são tipificados como aqueles cantores dos campos seiscentistas, antes apresentam individualidades de modo a conquistar nossa empatia pela proximidade aos referentes culturais e históricos hodiernos, que reconhecemos imediatamente tão próximos a nós. Repare-se na descrição de certo pastor do século XX, – outro Gonçalo – morador de uma localidade do interior de Portugal, descrito pela prosa literária do contista Miguel Torga (1907-1995):

[...] Desprezível e sem uma letra, metia dó. Valia-lhe um pífaro de barro, que trocara por um pião de buxo, onde contava às fragas a sua melancolia de criança infeliz. Enquanto as ovelhas, que conhecia uma a uma com o se fossem pessoas, iam tosando o panasco das lameiras, soltava ele as suas queixas, empoleirado nos lapedos. Lamentava-se dum abandono humano que lhe doía no coração, vazio duma palavra

de carinho ou de um gesto de ternura.

Embora recebesse dos montes, sempre abertos e atentos às suas mágoas, a dádiva duma liberdade difusa, era do próprio bafo da aldeia que precisava, quente e ritmado a bater-lhe na pele.

Esse calor, porém, estava Dornelo longe de lho dar. A solidão do pastor entranhara-se de tal modo no quotidiano da povoação, que o viam entrar à noite e sair de manhã como se ele fosse um borrego do próprio rebanho que guardava. E o seu nome nunca ocorria a ninguém, quando a arraia miúda tinha lugar de honra à mesa da gente grande.

Todos os rapazes da idade do Gonçalo guardavam na memória uma aventura. Um fora de profeta na festa, outro vestira opa e segurara as borlas do pendão, outro pegara na caldeirinha no dia de Páscoa. Ele, nada. As grandes horas de Dornelo passavam-se à margem da sua vida, rota e desamparada. Nem sequer fizera a primeira comunhão. Sem licença de ir à doutrina, enquanto os mais, de roupa nova e laço branco na manga do casaco, pisavam solenemente as lajes da capela, calcorreava o desgraçado as veredas do Cabril. [...] Mas que remédio senão levar o gado à serra, a pastar o sincelo! (TORGA, 1962, p. 81-82.)

Na verdade, a questão proposta acima de serem contrários os tempos velhos e novos dá origem apenas a uma falsa disputa, pois não há necessidade imposta a nenhum leitor de que ele tenha de desistir de um tempo para aceder a outro, pelo menos não no plano da fruição do discurso. Acordando a ficcionalização do gênero bucólico seiscentista, o leitor pode fruir a perfeição daquelas éclogas, reconhecendo no pastor amoroso uma personagem plena de significados, cujo caráter, construído num específico fingimento poético, deleita muito e ensina algo, ou pode ensinar algo. Do mesmo modo, o leitor dispõe também do pastor de hoje, personagem igualmente construída, numa ficção que toca a sensibilidade contemporânea.

Do ponto de vista dos atuais estudos literários, portanto, é esta a justificativa ou defesa da publicação de um catálogo de registros bibliotecários de determinado acervo poético montado séculos atrás: um instrumento de pesquisa, um facilitador por meio do qual estudiosos ou leitores podem encontrar livros e poemas a serem lidos.

Em que pese ser essa razão suficiente, se levamos entretanto a mesma questão para o tempo de sua composição, para o ambiente da produção de poesia do século XVII, quando ela foi escrita e publicada em livros, temos: qual seria a perspectiva que aqueles autores aventavam quanto à possibilidade de serem lidos no então futuro de suas empirias? Ora a

publicação em forma de livro, suporte material mais resistente que o papel da manuscritura, é parte já da resposta. Lembre-se de que centenas dos livros de poesia luso-brasileira de que a BN é depositária são publicações impressas cujos poemas, em parte considerável, haviam circulado antes como manuscritos; assim, são, no geral, publicações livrescas posteriores à circulação de papéis escritos à mão. Ou, por outro lado, há textos que granjearam de partida a publicação industrial, interessados seus autores naquela permanência, prestígio e estatuto que o livro impresso provia naquele momento histórico (e ainda provê). O século XVII é época de consolidação do negócio livreiro na península ibérica, quando a produção manuscrita cede paulatinamente espaço ao livro industrializado. Portanto, fica claro que sempre esteve presente na realidade da indústria do livro a perspectiva bibliotecária, com todo o aparato e simbologia de poder que ela porta. Como, de certo modo, o livro é o museu da poesia, “a casa das musas”, como já se disse, na perspectiva da materialidade do livro assomam naturalmente os processos de catalogação, no conjunto de todos os outros procedimentos próprios da biblioteconomia.

Entretanto, se ainda procurarmos uma terceira resposta sobre a pertinência de catálogos de livros de poesia noutra domínio que não o dos estudos literários, ou esse da materialidade dos suportes fabris do papel, encontramos-a no plano interno do discurso, no próprio sentido do discurso da poesia. E aí vamos achar diligência na divisória da relação entre letras e história. Nesse caso, outra disciplina pode ser evocada para esclarecer o aspecto temporal da primeira questão proposta – da pertinência em publicar-se um catálogo de cotas bibliotecárias de poesias escritas no século XVII – a retórica, técnica de escrita que sustentava a instrução de todo o campo do discurso, atuante na concepção e prática de todo bom texto escrito nesse período.

Segundo essa disciplina, sabe-se que na composição retórica há três grandes campos de gêneros discursivos: judiciário, deliberativo e epidítico ou demonstrativo. Qualquer texto bem escrito deve, portanto, ser mais ou menos identificado, em termos de predominância de sua composição, a um desses três gêneros, de ampla abrangência. Discursos alocados na abrangência do gênero epidítico têm seu referente temporal no presente, o que quer dizer, por um lado, que tais discursos tratam de “coisa” ou matéria do presente de sua enunciação ou, por outro lado, tratam de um “presente imemorial”, ou seja, um presente artificial, como que suspenso do próprio registro do tempo. O judiciário e o deliberativo abordam matérias do passado ou do futuro. Ora essa é uma divisão do campo da retórica, como se disse; a poesia é outro discurso, concebido segundo suas próprias normas. Ocorre que o discurso poético, quando tomado como um produto da linguagem e, portanto, compreendido nesse referido campo de instrução retórica da linguagem,

aproxima-se do gênero epidítico. Retórica e a poética explicam-se e auxiliam-se uma à outra. Essa aproximação se dá por alguns motivos, como o que diz respeito ao artigo da *questão finita* (ou hipótese) dos gêneros deliberativo e judiciário, definida a partir de circunstâncias específicas justamente de tempo, e personagens; e a *questão infinita* (ou tese), questão generalizante e mesmo absoluta na sua abrangência lógica, a qual costuma presidir os discursos epidíticos. Outro motivo relevante para a relação entre as duas artes reside precisamente naquele presente referencial do “tempo da matéria” da poesia e do epidítico. É o aspecto temporal presentificado da matéria de que falam os dois discursos, poético e demonstrativo, que garante a importância da poesia de todos os tempos no nosso hoje, daí a importância de um catálogo seiscentista, como esse do acervo da BN, pois a partir da poesia escrita no século XVII é possível conhecer o presente daquelas coisas de que falava a poesia de então. Essa pode ser a terceira resposta àquela impertinente questão sobre a pertinência suposta de catálogos bibliotecários de acervos específicos de poesia.

As perguntas seguintes, que dizem respeito não mais ao texto, mas sim ao interesse e sensibilidade do leitor, do leitor hodierno, vamos tentar respondê-las ainda pela mesma visada retórica. Ao ser escrito em linguagem retoricamente instruída, os fins que um discurso epidítico objetiva alcançar são o louvor da coisa bela ou a desqualificação da coisa feia. Essa constitui sua razão de ser e, por assim dizer, sua “defesa”. Como no gênero demonstrativo não há argumentação propriamente dita sobre a coisa em si que está sendo tratada, pois ela já está dada, é conhecida e certa – como, a título de exemplo, a comprovada destreza nas armas de um herói de guerra, – só resta ao orador amplificar tal matéria, de modo que ela pareça e apareça fulgurantemente maior do que é, conforme o interesse do autor. Com efeito, é possível observar que procedimento semelhante acontece com o discurso da poesia, cuja finalidade é dar a conhecer algo de modo verossímil, pondo diante dos olhos do leitor uma matéria que o poeta deseja elogiar ou vituperar, mostrando-a plenamente, no todo e em partes, amplificando a importância qualitativa dessa coisa na atualidade e eventualidade de sua presença, de sua existência, de sua história, fictícias ou verdadeiras, por meio dos ornatos da linguagem.

A historicidade da matéria da poesia (epidítica) é encontrada no presente, e não nos referentes do passado ou futuro, como se disse. Veja-se como o crítico premiado Octavio Paz aborda a questão do instante sempre presente do discurso da poesia, que o faz irmão do discurso retórico:

A palavra poética é histórica em dois sentidos complementares, inseparáveis e contraditórios: no de constituir um produto social e no de ser uma condição prévia à existência de toda

sociedade. (...) Ao mesmo tempo, todo esse conjunto de palavras, objetos, circunstâncias e homens que constituem uma história parte de um princípio, isto é, de uma palavra que o funda e que lhe outorga sentido. Esse princípio não é histórico nem é algo que pertença ao passado e sim algo que está sempre presente e disposto. Encarnar-se. (...) A história é o lugar da encarnação da palavra poética. (...) [Um poema de Safo] já não é passado nem futuro, mas presente. E esta virtude de ser para sempre presente, por obra da qual o poeta escapa à sucessão e à história, liga-o mais inexoravelmente à história. Se é presente, só existe neste agora e aqui de sua presença entre os homens. Para ser presente o poema necessita fazer-se presente entre os homens, encarnar na história. Como toda criação humana, o poema é um produto histórico, filho de um tempo e de um lugar; mas também é algo que transcende o histórico e se situa em tempo anterior a toda história, no princípio do princípio. Antes da história, mas não fora dela. (PAZ, 1972, p.52-53.)

Ao estudar dois dos gêneros poéticos correntes no século XVII, e numerosos no acervo catalogado, a professora Adma Muhana esclarece sobre os efeitos dessa condição de gênero na outra ponta do processo da composição discursiva, no plano do leitor, ouvinte ou espectador: “Ao vincar o tempo presente como elemento de persuasão e de verossimilhança, ao invés do passado e do futuro épicos, os epigramas e as elegias se constituem plenamente como modos do panegírico poético, em que o ouvinte não julga, mas, emudecido, contempla.” (MUHANA, 1997, p. 270). A respeito da relação desses gêneros com a retórica, explica: “O epidítico exige que passado e futuro convirjam ao presente, e nele os aprisiona.” (Idem, p. 272). Donde se pode inferir que o modo de ornar próprio da poesia, a amplificação, age na presentificação do fato ou, para dizer de modo reverso, age como tempo presentificado.

Sem dúvida, a questão do presente, de que também a poesia trata, é complexa e tem sido ponderada por pensadores diversos no decorrer da história. Neste texto, podemos tirar proveito de um trecho das reflexões de Santo Agostinho (354-430) sobre o assunto do eterno e seus contrários. Do livro *Confissões*, o leitor pode inferir que o presente é o tempo mais próximo da noção de “eterno”, pois, embora essa noção se encontre embutida em todos os três tempos, em certo nível, é no passado e no futuro que ela colide frontalmente com seus contrários. Se derivarmos esta inferência para o campo das letras, tal relação pode ser estendida à ação da arte poética, dado que o discurso da poesia também lida com essa categoria filosófica do tempo que, nesse campo poético, aparece consumado, entretanto, no fragmento

contingencial de um poema individual. Nas palavras do filósofo cristão, temos: “o ter sido e o vir a ser não são eternidade” (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 354-430). Evidentemente, sabemos que o autor trata tão-somente, neste passo do seu livro modelar, da questão da eternidade de Deus e da diferença entre o tempo secular dos homens, sujeito à sucessão; e a condição da eternidade divina, nunca submetida à ação do tempo, de nenhum tempo.² A poesia, embora seja do homem, imita ou almejar imitar a condição incontingente ficcional de um “tempo sem tempo”, de uma temporalidade que não passaria para o passado, nem admitiria perfeição que estivesse alocada no futuro. Para a ação da poesia poderíamos analogamente pensar: “...nada passa na eternidade, mas tudo é presente, enquanto nenhum tempo é todo presente...” (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 354-430). Entende-se que presente é o tempo das coisas que são. Mas, para ser tempo, há de se tornar passado, do contrário seria eternidade, e, na outra extremidade, sua existência é deixar de ser, que isso é o que significa a ação do futuro sobre elas. “O tempo presente não tem extensão temporal (...) todavia, perdura a atenção, pela qual o que está presente se encaminha para a ausência.” (Idem, p. 329). O presente tende a não ser (Idem, p. 315) À poesia, contudo, não interessa não ser; a um poema laudatório interessa fazer efetiva louvação, de modo a cristalizar os efeitos poéticos dela originados na sua leitura ou audição. O não ser da presentificação de um objeto em poesia seria considerado falha retórica, não composição de sentido do poema, seria imperícia com os recursos de linguagem; seria finitude, limitação, privação ou desordem. Portanto, é a esse presente suspenso muito parecido com o eterno a que a poesia se inclina, galga e imita. Essa presentificação seria como uma projeção de eternidade, uma proposta de eternidade. A poesia quer o tempo todo.

O levantamento ainda que breve dessas filosofias deve servir para nos conduzir à questão que um catálogo de poesia do século XVII abriga: as relações entre as letras e a história do seu tempo de escrita, leitura, edição e guarda. Os poemas indicados nesse *Catálogo* trazem as marcas do seu próprio tempo, como todo discurso, posto que derivam da ação humana sobre a linguagem, no rés-do-chão da imanência da palavra. Poemas não são entidades que flutuem na eternidade, no absoluto, num não-tempo contrário

² O contrário do eterno é o corruptível, que é somente humano: “o eterno é separado do corruptível”. Relacionado ao discurso epidítico, refiro tão-somente o presente, de que (também) é composto a categoria do tempo. Para contar, ainda que brevemente, com algumas reflexões sobre eternidade feitas por Santo Agostinho, destaco a categoria filosófica do tempo, mas sabemos que o conceito de “eterno” implica outras categorias que o compõem intrinsecamente. É o caso da categoria de continuidade, entendida como unidade, e seus correlatos modos: unidade em número e unidade em si. Quanto ao modo de unidade em número com o eterno, a doutrina cristã distingue propositivamente o “como mesmo”, ou semelhante. Quanto ao modo de unidade em si, aposta a doutrina na “forma”, não sendo possível ali apostar no número ou conceito.

do tempo (HATERLY, 1995, p. 95-98). Seria, é papel da crítica literária debruçar-se sobre essas relações fundamentais, pois o leitor precisa compreender qual o lugar da poesia conservada em acervos nacionais no seio destas sociedades seiscentistas europeias transladadas para o Novo Mundo.

Os poemas desse *Catálogo* fazem parte, na sua generalidade, de certa produção de discursos encomiásticos das ações políticas da monarquia portuguesa. Trata-se de poemas compreensíveis como letras de corte, cujo papel social encontra-se no centro da produção das artes liberais da sociedade do século XVII. Devem ser lidos no interior das relações que envolvem poesia e poder. Ou seja, esta produção poética relaciona-se com as formas sociais, muitas não sobreviventes, da sociedade do Antigo Estado português, universo no qual o discurso da poesia realiza-se como uma representação verbal adequada e previsível dos valores que essa sociedade apresenta, assevera e defende. A poesia encomiástica, sabe-se, é também expressão da política de mecenato ou liberalidade da coisa pública levada a cabo por príncipes e senhores, uma prática política executada por homens dos estamentos dirigentes com a finalidade de espelhar, nos produtos das representações, suas grandezas e poderes políticos.³ Nesses poemas, o encômio costuma ser festivo, pois celebra virtudes e grandezas das ações políticas no tablado da palavra poética. Nas palavras de John Beverly, devemos entender esses discursos poéticos como:

Un sistema social basado em privilégios étnicos y estamentales.

No existe la separación de arte, religión y política característica del liberalismo institucionalizado. La poesía – por lo menos cierto tipo de poesía culta – es todavía considerada como un discurso legislativo, coextensivo con el discurso de médios y fines de la razón de Estado.

La pompa, o la *apariencia* del poder, no es claramente separable de su sustancia: el poder es en cierto sentido ostentación. De ahí la centralidade (...) de los espectáculos públicos como los autos de fe, espécie de teatralidade del Estado mismo. (BEVERLY, 1993, p. 270.)

Como se o “Estado mesmo” figurasse nessas representações, demonstrando os postulados do funcionamento do mecenato e, maior na escala, o exercício simbólico do poder de mando. O leitor da poesia elencada

³ Nas palavras do polígrafo António de Sousa de Macedo, no livro *Flores de España, excelências de Portugal, em que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo...*, de 1631: “He a liberalidade hum habito, que guarda o honesto em adquirir, e despender.” (p.35).

neste *Catálogo* deve entendê-la como elemento de um edifício do plano simbólico em que fica visível a equiparação entre o domínio do discurso escrito ou da oralidade culta com o domínio da governança pública, e mesmo o da economia, pois falamos do livro, objeto que em breve na história ocupará plenamente seu nicho como uma mercadoria que concorre com outras. Lembremos de resto que a prática das letras nesse período funciona também como um “princípio de sociabilidade” (FUMAROLI, 1998), hoje em dia tão difícil de explicar, quanto de entender, *et pour cause*, tratando-se evidentemente de certa sociabilidade em que relevam interesses políticos.

Um caso típico da poesia laudatória arrolada pode ser observado numa silva ao nascimento do príncipe de Portugal, filho do rei Pedro II e da rainha Maria Sofia. Vejam-se os primeiros versos do *Berço natalício*:

Agora, tu calliope me inspira
A doce estilo, harmonioso alento;
Primorosa em meus números, conspira
Sonoro canto, a músico instrumento;
Concede, já que Apollo em mim respira,
Immortal desafogo, a meu talento;
Para que, com espirito facundo
Inveja dê ao Tybre, & ao mundo espanto.
E tu, cujo esplendor sempre brilhante,
Primeiro se vê Sol, que nasça Estrella,
A meu peito, em armonico discante;
Influe de teus Cysnes a loquella;
Assim o fero Deos, que hum tempo amante,
Teus desdêns venerou, oh Deosa bella,
Nunca por vã sospeita de ciúme,
No bello Adonis vingue o teu perfume.
Mas vós, oh bem nascida segurança,
Do Sceptro Portuguez, cujo alto Império,
De tantas perdas poem sua esperança,
Em vós, que haveis de ser, seu refrigerio;
Se em minha temerária confiança,
Nam quereis, que padeça vituperio;
Daime com vossa luz, perpetua guia,
Ficará meu temor, sendo ousadia.
[...] (FERREIRA, 1688, p. 2.)

Por essa segunda amostra de texto poético, é possível perceber claramente o papel de invocação às musas da primeira estrofe e a imediata formulação do argumento central do poema genético, a celebração do

nascimento do príncipe, na segunda estrofe; seguida do lugar-comum da modéstia afetada expressa pela voz do poeta que o cantará decorosamente. Na sucessão deste exórdio, continuam a ser utilizadas algumas tópicos do gênero genetlíaco, para logo em seguida vir a silva propriamente dita, com celebrações julgadas próprias ao nascimento do herdeiro real.

Esse é apenas um exemplo entre os numerosos poemas laudatórios do conjunto. Essa condição elogiosa e encomiástica é necessária ser entendida de antemão pelo leitor que se interessar por tal produção (ARISTÓTELES, 1999, p. 249-251); é como entender sua causa eficiente no seu preciso tempo histórico (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 354-430). A questão do elogio traz algumas nuances porque incide sobre o aspecto de constância de uma virtude ou de uma ação virtuosa. Ou seja, a *persona* que motiva elogio costuma apresentar o bom hábito que constitui a virtude louvável. Assim, o elogio opera em sentido contrário à circunstância que, por sua vez, pode igualmente gerar um encômio. O filósofo Aristóteles apresenta nuances a esses artigos em três livros, que resumo a seguir. Na *Retórica*, ela afirma de maneira direta que o elogio (*epainós*) põe ante os olhos a grandeza de uma virtude. Todavia, diz em seguida que ações devem ser apresentadas como próprias a tal virtude. Portanto, resguarda um laivo do agir às virtudes dignas de serem elogiadas. O encômio, na mesma *Retórica*, diz respeito às obras praticadas, porém, outra peculiaridade, acrescenta em seguida que obras são signos dos modos de ser. Ou seja, as obras são sinais do caráter habitual, e não circunstancial, de uma pessoa. Acredito que o que está em jogo aqui é a diferença entre hábito e paixão: o elogio é do hábito, e não incide sobre paixões, sujeitas à fugacidade que lhes é inerente. Aristóteles afirma de resto que as noções de felicitação e bênção compreendem e superam elogio e encômio. No livro *Ética Eudêmia*, o filósofo incrementa o assunto dando ao elogio o significado de uma distinção em geral a ser louvável em uma narração; ao passo que encômio assume o significado de narração de uma obra. Felicitação continua a aparecer como superior por trazer um sentido de cumprimento de um fim. Por fim, na *Ética a Nicômaco*, reaparece a nuance de o elogio ser o da virtude das ações, ao que entendo ações efetivas; enquanto ao encômio reservam-se obras. Felicitação e bênção são formas mais altas de louvação, reservadas contudo aos deuses e aos mais divinos dos homens.

Portanto, elogiosos ou encomiásticos, os louvores que emergem são mais credíveis porque indiciam muito mais do que dizem dessas *personae*. Habitual, ou ainda que ocasional, o louvor incide apenas sobre uma matéria, que é dada no argumento do discurso, mas implícito está que há muito mais virtude suposta ao objeto louvado, pois cada poema, cada texto é apenas ícone de uma constância virtuosa que convém expor ao leitor. Se a matéria tratada for circunstancial, como essa silva genetlíaca escrita por Leitão

Ferreira, o encômio resguarda a memória de uma ação louvável, cujo agente não é fortuito.

Há ainda os casos de entradas régias, casamentos, festejos de nascimentos, embaixadas, celebrações religiosas (procissões); exéquias reais, de príncipes, de nobres e de religiosos e exposições que celebram a glória e o poder real. Esses subgêneros associados à chamada “arte efêmera” desafiam, de certa forma, o próprio sentido de presente conforme o vimos tratando, pois travam uma luta inglória, fadada à derrota, com a própria passagem do tempo. Nela o caráter epidítico é agônico e desesperado. Em muitos casos, a poesia é o único possível de revelação do relato de um evento que, de tão efêmero, carregaria em si mesmo o signo do esquecimento total se não fosse preso esse instante circunstancial na rocha firme da arte poética. Nela a historicidade do “tempo referencial da matéria” da poesia (epidítica) é posta com tal fragilidade no presente, que apenas a intervenção da arte do poeta é capaz de salvaguardá-la de sua inerente dissolvência. Nela o modo de ornar da poesia age no único limiar possível para a presentificação do seu fato, muita das vezes meramente fato fictício, entretanto presentificado pelo epidítico da poesia.

John Beverly, continuando sua reflexão a propósito de poemas do efêmero, afirma:

Pero son precisamente las formas festivas y cortesananas *menores* que desarrolla el gongorismo – sonetos y romances ocasionales, villancicos cultos para festivales religiosos, *loas* para fiestas cortesananas, letrillas satíricas, etc. – las que van a ofrecer a los letrados coloniales modelos de un nuevo género poético post-épico en que las actividades cotidianas de la sociedad civil colonial en su estamento más alto (la llegada de un nuevo virrey, el nacimiento de su hijo, la confirmación de un obispo, etc.) podían ser representadas e idealizadas. Es precisamente por ser menores que estas formas cobran importancia y centralidad (...) (BEVERLY, 1993, p. 173)

Menores porque sua matéria não porta nenhuma gravidade heroica, metafísica ou teísta, sendo sua circunstância inventiva uma particularidade entre inumeráveis outras que poderiam igualmente figurar grandezas – e não gestos únicos, ações singulares de assinalados homens; chegando mesmo, algumas vezes, a derivar seu relato ou descrição de uma performance real ou mesmo imaginada.

Todavia, muitos condicionamentos e especificidades o filósofo, o cientista social, o historiador ou o bom leitor poderiam levantar a partir da conformação sócio-política do processo de produção de tal discurso poético.

Neste texto, tento destacar tão-somente o aspecto da variedade dos gêneros de poesia que constam nesse conjunto de poemas. Além dos gêneros encomiásticos, há forte presença da poesia religiosa⁴ – *corpus* poético que mais acedia ao suporte livresco no período – há poesia lírica de amenidades, há poemas curtos e longos, há poemas de pompa e circunstância sobre matéria convencional, há muita coisa.

Para a última pergunta, aquela sobre os problemas enfrentados pelos atuais estudos literários, a retórica não tem resposta, pois não lhe diz respeito. Resta aos leitores do nosso hoje reinventarem seu presente e sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. *Confissões*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Int., trad. y notas por Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1999.(Biblioteca Clássica Gredos, 142).

AUGUSTO, Sara. *A alegoria na ficção romanesca do maneirismo e do barroco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

BEVERLY, John. Poesía cortesana y festiva: literatura de homenaje. In: *América Latina, Palavra, Literatura e Cultura*. Vol. I. A Situação colonial. São Paulo, Campinas: Memorial da América Latina, Editora da Unicamp, 1993.

CARVALHO, Maria S. F. de. *Catálogo da poesia seiscentista da Biblioteca Nacional: com estudo retórico-poético das letras luso-brasileiras no século XVII*. São Paulo: Alameda, 2019.

FUMAROLI, Marc. *L'École du silence: le sentiment des images au XVIIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1998.

HATHERLY, Ana. Representações do tempo na idade barroca. In: *O ladrão cristalino: aspectos do imaginário barroco*. Lisboa: Ed. Cosmos, (Literatura), 1997.

⁴ No interior das relações entre poesia e poder figura fortemente o poder eclesiástico. Sabemos que as formas sociais, muitas não sobreviventes, da sociedade do Antigo Estado português foram definidas na interface fulgente das relações entre Poder e Igreja, relações de que a fórmula “teatro sacro” (*teatrum sacrum*) pode ser um diagrama fácil de entender.

MACEDO, António de Sousa de. *Flores de España excelencias de Portugal: En que breuemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas novas de provecho, y curiosidad...* Primera parte. Lisboa: Impressas por Iorge Rodriguez, 1631.

MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (Prismas).

PAZ, Octavio. A Consagração do instante. In: *Signos em rotação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

TORGA, Miguel. *Contos da montanha*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti editores, 1962.

Recebido em 5 jan. 2021

Aprovado em 10 jan. 2021